



A ELOQUÊNCIA DOS SILÊNCIOS: RACISMO E PRODUÇÃO DE ESQUECIMENTO SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA EM NARRATIVAS DE MEMÓRIA DAS CIDADES

Josemeire Alves Pereira¹

Resumo: Este artigo tem por foco a discussão sobre a produção de silenciamento acerca da presença da população negra nas narrativas de memória e história das cidades. Os aspectos aqui analisados indicam que os mecanismos que regem esta produção são expressão do caráter estruturante e institucionalizado do racismo como elemento fundante das relações de poder que configuram a sociedade brasileira. Tomando como ponto de partida para análise o caso de Belo Horizonte-MG, avalio a plausibilidade de um argumento subliminarmente acionado para justificar a negligência do tema na historiografia produzida sobre a capital mineira, qual seja o de uma suposta ausência de fontes que atestassem a existência e caracterização de população negra na cidade. Para tanto, abordo experiência de pesquisa que revela o potencial e o papel das instituições arquivísticas e museais na perpetuação ou superação da produção de narrativas lacunares acerca da agência de pessoas negras na dinâmica de constituição da experiência urbana.

Palavras chave: historiografia, cidades, memória, racismo, Belo Horizonte-MG

THE ELOQUENCE OF SILENCES: RACISM AND FORGETTING PRODUCTION ABOUT THE BLACK POPULATION IN CITY MEMORY NARRATIVES

Abstract: This article focuses on the discussion about the production of silencing about the presence of the black population in the narratives of memory and history of cities. The aspects analyzed here indicate that the mechanisms that govern this production are an expression of the structural and institutionalized character of racism as a founding element of the power relations that shape Brazilian society. Taking Belo Horizonte-MG as a starting point for analysis, I assess the plausibility of a subliminally triggered argument to justify the neglect of the theme in the historiography produced about the capital of Minas Gerais, namely that of a supposed absence of sources that attest to the existence and characterization of the black population in the city. To do so, I approach a research experience that reveals the potential and the role of archival and museum

¹ Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Orientadora – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Gestora Institucional da Associação Cultural Casa do Beco. E-mail: josemeire.hist@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3520-9608>



institutions in perpetuating or overcoming the production of lacuna narratives about the agency of black people in the dynamics of constituting urban experience.

Keywords: historiography, cities, memory, racism, Belo Horizonte-MG.

LA ELOQUENCIA DE SILENCIOS: RACISMO Y LA PRODUCCIÓN DE OLVIDO SOBRE LA POBLACIÓN NEGRA EN NARRATIVAS DE MEMORIA DE LAS CIUDADES

Resumen: Este artículo se centra en la discusión sobre la producción del silenciamiento de la presencia de la población negra en las narraciones de memoria y historia de las ciudades. Los aspectos analizados aquí indican que los mecanismos que gobiernan esta producción son una expresión del carácter estructurante e institucionalizado del racismo como elemento fundador de las relaciones de poder que dan forma a la sociedad brasileña. Considerando la ciudad de Belo Horizonte (Brasil) como punto de partida para el análisis, evaluó la plausibilidad de un argumento subliminalmente disparado para justificar la negligencia del tema en la historiografía producida sobre esta ciudad, que es la falta de fuentes que atestigüen la existencia y caracterización de la población negra en Belo Horizonte. Para este fin, me acerco a una experiencia de investigación que revela el potencial y el papel de las instituciones archivísticas y museales para perpetuar o superar la producción de narrativas lacunares sobre la acción de la población negra en la dinámica de constitución de la experiencia urbana.

Palabras-clave: historiografía, ciudades, memoria, racismo, Belo Horizonte (Brasil)

L'ELOQUENCE DES SILENCES: RACISME ET LA PRODUCTION D'OUBLIER À PROPOS DE LA POPULATION NOIRE DANS LES NARRATIFS DE LA MÉMOIRE DES VILLES²

Resumé: Cet article se concentre sur la discussion concernant la production de silence sur la présence de la population noire dans les récits de mémoire et d'histoire sur les villes. Les aspects analysés ici indiquent que les mécanismes qui régissent cette production expriment le caractère structurant et institutionnalisé du racisme en tant qu'élément fondateur des relations de pouvoir qui constituent la société brésilienne. En prenant Belo Horizonte (Brésil) comme point de départ pour l'analyse, j'évalue la plausibilité d'un argument utilisé de manière subliminale pour justifier la négligence sur ce sujet dans l'historiographie sur cette ville, qui est la supposée absence de sources attestant de l'existence et caractérisation de la population noire dans Belo Horizonte. À cette fin, j'aborde une expérience de recherche qui révèle le potentiel et le rôle des institutions archivistiques et muséales pour perpétuer ou surmonter la production de récits lacunaires sur l'action de la population noire dans la dynamique de constitution de l'expérience urbaine.

Mots-clés: historiographie, villes, mémoire, racisme, Belo Horizonte-MG

² Agradeço ao Prof. Diogo Jorge de Oliveira Silva que, gentilmente, contribuiu com as traduções para o Francês e para o Espanhol.



INTRODUÇÃO

A negligência acerca das histórias e agências de sujeitos negros e negras nas narrativas de memória e história está diretamente relacionada à produção e perpetuação do racismo institucionalizado e estruturante das relações sociais e de poder no Brasil. Esta constatação ficou sensivelmente evidenciada por ocasião do Simpósio *Negros nas Cidades Brasileiras*, realizado sob a coordenação das pesquisadoras Flávia Rios e Ana Barone, em São Paulo, em 2015, com a participação de pesquisadoras/es de diversas áreas do conhecimento.³ Não obstante, o tema é relativamente novo no campo dos estudos urbanos e, em especial, nas abordagens sobre a história das cidades.⁴

As reflexões aqui propostas são construídas em diálogo com o campo dos estudos históricos sobre as experiências de liberdade no Pós-Abolição, sendo considerado o contexto da cidade de Belo Horizonte, tendo como ponto de partida o advento de sua construção, em fins do século XIX, até meados do século XX. Serão discutidos aspectos das narrativas oficiais da história da cidade, buscando-se evidenciar como é construído o silêncio sobre a presença de população negra no território e as implicações deste fenômeno. Na segunda parte do texto, serão discutidos, de maneira mais detida, os mecanismos de produção deste silêncio e possíveis caminhos metodológicos e políticos de superação dos problemas que ele expressa e acarreta.

PARA ALÉM DO HORIZONTE PLANEJADO

³ O Simpósio “Negros nas Cidades Brasileiras”, realizado entre 24 e 26 de agosto de 2015, no Centro Universitário Maria Antônia – USP, teve por objetivo “colocar em relevo a questão do espaço urbano no Brasil, sob a perspectiva das relações raciais” e contou com a participação expressiva de pesquisadoras e pesquisadores negas/os. (Cf. <<https://plataforma9.com/congresso/simposio-negros-nas-cidades-brasileiras-1890-1950-na-usp/>>). Consulta em 20/04/2020. Dele resultou o livro de mesmo título (Baroni; Rios, 2019).

⁴ Importante ressaltar, contudo, a existência de profissionais engajados em movimentos que buscam transformar os próprios as próprias áreas em que atuam, sensibilizado os pares sobre a centralidade do tema, por meio de suas práticas. Refiro-me, especialmente, à área da Arquitetura e do Urbanismo, com destaque para a atuação de arquitetas e urbanistas negras como Lisandra Mara Silva, Gabriela Gaia e Natália Alves, dentre outras; bem como aos coletivos *Corpo, Discurso e Território* e *Terra Preta*.



O surgimento da cidade de Belo Horizonte, construída sobre território de um povoado de origens coloniais situado próximo à antiga área de exploração minerária de Minas Gerais, é resultante dos impactos das transformações econômicas e políticas decorrentes do advento da República (Aguiar, 2006) e da Abolição do regime escravista no Brasil (Pereira, 2019). A Cidade de Minas, depois renomeada Belo Horizonte⁵, foi concebida como nova sede administrativa do governo, sendo a decisão sobre sua criação decorrente de debates vigentes nas últimas décadas do século XIX, entre as elites políticas e econômicas locais preocupadas em forjar novas estratégias para recuperação econômica do Estado, no contexto de mudança nas relações de trabalho no Pós-abolição, em especial.⁶ A transferência da capital sediada até então em Ouro Preto configurava-se, assim, como um dos pilares de um projeto de modernização econômica. A capital que passava a ser construída no antigo Curral Del Rey, a partir de 1894, fora projetada para constituir um polo de conexão das diversas regiões mineiras, algumas das quais sob risco de agregação pelos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, principais centros econômicos do país, à época.⁷

A nova cidade emergia sob os signos do progresso e da modernidade, reiteram as narrativas oficiais e a historiografia que sobre ela se produziu (Barreto, 1996; Salgueiro, 1997; Dutra, 1996; Mello, 1996; Belo Horizonte, 2003). Seu Plano original, elaborado e inicialmente executado pelo Engenheiro Aarão Reis, sob inspiração estrangeira⁸ e fortemente influenciado pelas concepções positivistas e higienistas, buscava suplantiar as formas do passado colonial representado na própria paisagem do Curral Del Rey, bem como tudo o que era considerado atraso, empecilho

⁵ Decreto Estadual n.º 36, de 12-04-1890, confirmado pela Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891, determinou a renomeação do Distrito de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey para Distrito de Belo Horizonte. Três anos depois, Belo Horizonte foi elevado à categoria de município e Capital, com a denominação de Cidade de Minas. Pela Lei Estadual n.º 302, de 01-07-1901, o município e a Capital foram renomeados de Belo Horizonte (Brasil, IBGE Cidades).

⁶ No advento do período emancipacionista, e a despeito da “força da escravidão” (Chalhoub, 2012), ex-escravizadas/os e seus descendentes nascidas/os livres passavam a constituir-se como rendeiros, meeiros ou proprietários de parcelas de terras nas proximidades de antigas fazendas senhoriais (Souza, 1999;2013). E, em alguns casos, construíam relativa autonomia nas relações de trabalho, não estando mais legalmente sujeitos ao domínio senhorial (Rios; Mattos, 2005; Reis, 1993).

⁷ As relações econômicas desenvolvidas entre as regiões do Sul e da Zona da Mata mineiros com São Paulo e Rio de Janeiro, eram intensas desde o século XIX, estreitando-se a partir da instalação de ferrovias, em 1860. (Reis, 1993, p. 33).

⁸ Especialmente francesa, mas também dialogando com as Plantas das cidades de Washington e La Plata. (Salgueiro, *op. cit.*).



ao desenvolvimento econômico almejado pelas forças do incipiente capitalismo liberal que buscava se consolidar na República.

Figura 1: Planta Geral da Cidade de Minas, organizada sobre a Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral de Belo Horizonte (1895)



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) – Fundo Comissão Construtora da Nova Capital

Assim, a Planta Geral da Cidade de Minas (Fig. 1), elaborada em 1895 pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)⁹, previa uma nova configuração do espaço. Organizado em três zonas, o Plano estabelecia uma Área Urbana, uma Suburbana e outra de Sítios. A primeira, com 8.815.283 m², central, projetada a partir de traçado composto por duas tramas ortogonais deslocadas a 45 graus e limitada por uma avenida de contorno, que deveria integrar os diferentes setores da cidade e divisar as áreas Urbana e Suburbana. A área Urbana destinava-se a abrigar os prédios da administração pública e as residências dos funcionários do governo, além dos setores de serviço. A Área Suburbana, de 24.940.830 m², era organizada pelo parcelamento em lotes de proporções maiores e traçado mais flexível, com ruas estreitas – em contraste com as largas ruas e avenidas da área central (Urbana) –, onde previa-se a instalação de equipamentos como um hipódromo, cemitério, reservatórios de água, matadouro, casas de máquinas dos esgotos e oficinas do ramal férreo, tomando-se o cuidado de definir e implantar estes equipamentos a partir de preceitos higienistas. Já a zona de Sítios, com

⁹ A partir daqui referenciada como CCNC.



14.474.619 m², constituía no Plano elemento de transição entre as zonas urbana e suburbana e a rural, e que tinha como finalidade, em princípio, o abastecimento da cidade de gêneros alimentícios, com a implantação de pequenas propriedades.¹⁰

Inaugurada em 12 de dezembro de 1897, a capital continuava em construção pelas décadas seguintes, segundo aquelas mesmas narrativas, através de mão de obra estrangeira, “máxime a italiana” (Dias, 1897). Fato é que a população aumentava exponencialmente já nos primeiros anos, conforme nos informa o Padre Francisco Martins Dias que observava a transformação por que passava o território do qual surgia a capital:

A comissão constructora admitia maior numero (*sic*) de pessoal à proporção que o andamento dos serviços o exigia; e, como os serviços progrediam, progrediam sempre, também de dia para dia augmentava esse o numero da população, que, de 2600 almas que era até março de 1894, subiu logo, aproximadamente, a 3500, até dezembro do mesmo anno; a 5000, até dezembro de 1895, e a 6000, até dezembro de 1896. Nessa já o velho Curral d’El Rei não era o mesmo de outr’ora; a sua habitual placidez e monotonia ia sensivelmente se trocando pelo reboliço e borbórinho dos centros commerciaes adeantados. (*sic*) (Dias, 1897, p. 87).

Poucos anos depois, Avelino Fóscolo, outro observador do cotidiano da recém-inaugurada capital, registrava em uma romance cena corriqueira que nos dá a dimensão do afluxo de migrantes oriundos do interior do estado e de fora do país para Belo Horizonte:

O trem deslizava através da estrada sacudido de quando em vez por violento solavanco. A confusão das estações, a desordem então reinante, trazia os passageiros em sobressalto e não se passava nada despercebido, esperando todos, a cada instante, o desastre diário. E os vagões (*sic*) vinham repletos, apesar de tudo: os de segunda comprimidos de povo, numa atmosfera asfíxiante (FÓSCOLO, 1979).

Muito provavelmente, dentre as pessoas que compunham o povo comprimido na segunda classe de viajantes contavam-se as que passariam a constituir a população cada vez maior dos grupos designados, nos termos da época, como “pretos” e “pardos”. Somavam-se aos habitantes do Curral Del Rey que eram também, predominantemente gente negra que se viu obrigada a deixar a área onde haviam sido

¹⁰ As duas últimas regiões foram posteriormente adaptadas, abrigando as colônias agrícolas – outro braço de modernização agrícola promovida pelo Estado (Aguiar, 2006).



instaladas as zonas Urbana e Suburbana da capital e resistiu como foi possível. É a estes antigos habitantes locais que se refere o Padre Dias quando em seu texto apresenta raro registro sobre a reação dos que foram forçados a sair de suas antigas moradas, para dar lugar às obras de construção de nova capital:

Há quem acuse o dr. Aarão Reis de violento, injusto e cruel para com o povo, nas desapropriações (...). Mais de uma vez ouvimo-lo dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Bello Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando; mas se, com efeito, eram esses os planos e o desejo do dr. Aarão [Reis], não se realizaram, porque foram modificados e abrandados; e, como se viu e se vê ainda, grande parte dos habitantes permaneceu no arraial. Apenas 6 ou 7 famílias se retiraram para fora do distrito e o fizeram espontaneamente; todas as demais se estabeleceram, umas nas imediações da área suburbana da nova cidade, e outras conservaram-se mesmo na povoação. (...) Calafate e Piteiras foram o asilo da pobreza, e hoje estão quase transformados em dois arraialetes.

De um misto de sentimento e de esperança foi-nos a assistência do êxodo da antiga população para os lugares supra-indicados. Movemo-nos à compaixão por vermos as dificuldades com que lutavam os pobres, para de novo se estabelecerem, por vermo-los, muitas vezes, com as lágrimas nos olhos, se queixarem da sorte, pelas peripécias e amarguras porque iam tão bruscamente passando. Era uma cena triste e comovedora essa da emigração da maioria dos habitantes para outras paragens mais recônditas e solitárias de seu querido Curral D'El-Rei!

O Padre Dias não menciona, como podemos observar, a cor desta população pobre cuja situação o comovia.¹¹ Ocorre que, de acordo com os dados populacionais de diferentes momentos do século XIX, a soma da população classificada nas fontes como “preta” e “parda” sobressaía-se em relação à da população branca, como atestam os gráficos abaixo:

¹¹ O Pe. Francisco Martins Dias era ele próprio um homem negro.

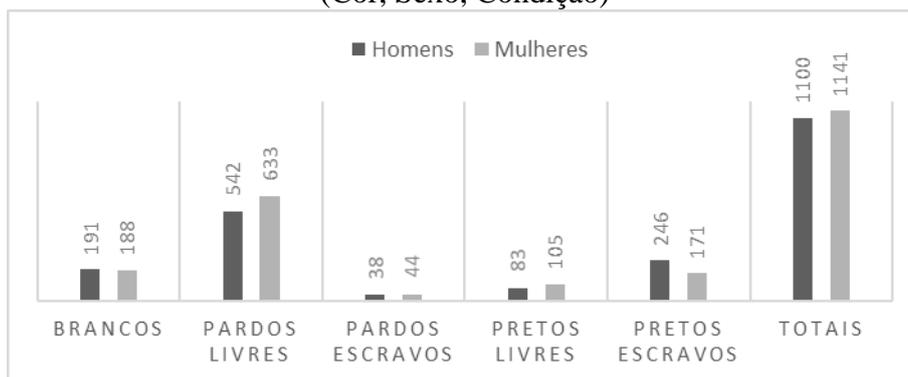


Gráfico 1. População Curral Del Rey, 1816 (Cor, Sexo e Condição)



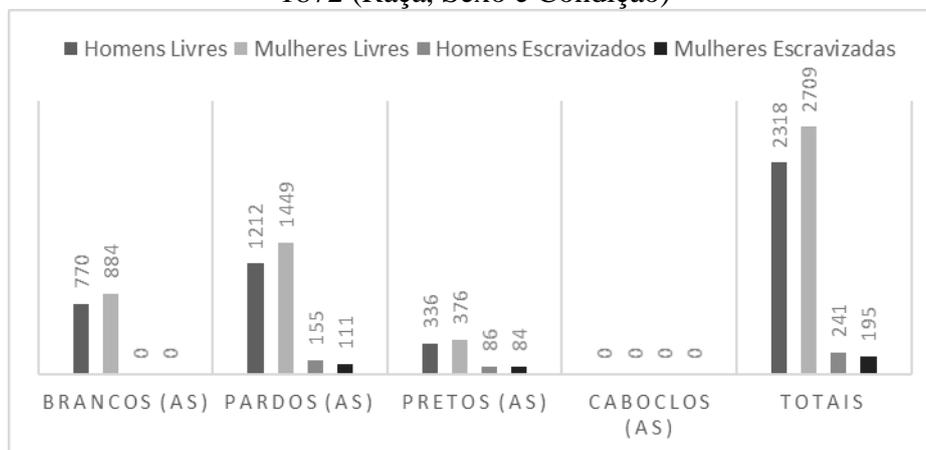
Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM) – Mappa da População do Termo da Villa Real do Sabará em o anno de 1816

Gráfico 2. Mapa da População Distrito do Curral Del Rey, 1840 (Cor, Sexo, Condição)



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM) – Mappa da População existente no Distrito da Parochia do Curral D' El Rei em o anno de 1840 (Coleção Mapas de População)

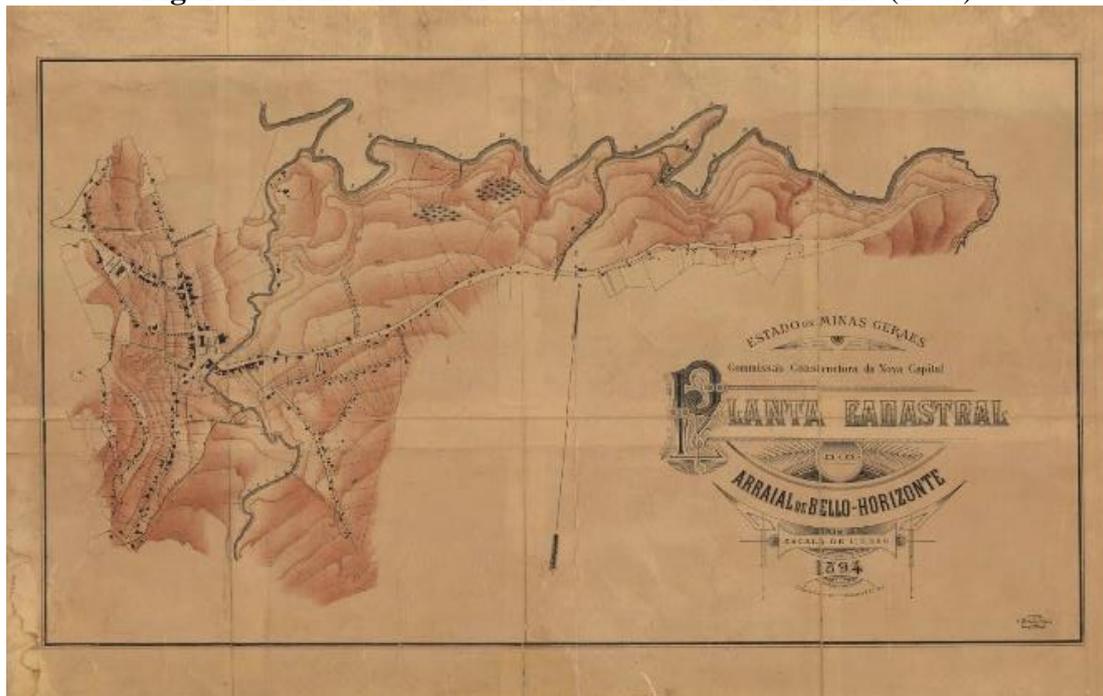
Gráfico 3. População da Freguesia de Nossa Sra. da Boa Viagem do Curral Del Rey, 1872 (Raça, Sexo e Condição)



Fonte: BRAZIL. Império. Recenseamento de 1872.

A população do Curral Del Rey era, pois, predominantemente constituída por “pretas/os” e “pardas/os” escravizadas/os e majoritariamente por pessoas livres, também classificadas nos registros demográficos como “pretas” e “pardas” – e muito especialmente por mulheres pardas livres que formavam, em todos os períodos analisados, o maior grupo de população negra livre no século XIX. Parte desta população vivia nas fazendas da região. Uma parcela significativa, contudo, habitava a parte urbana do Arraial, nos arredores da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e da Capela do Rosário dos Pretos, conforme registrado na Planta Cadastral elaborada pela mesma CCNC (Fig. 2).

Figura 2: Planta Cadastral do Arraial de Bello Horizonte (1894)



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) – Fundo Secretaria Municipal de Administração | Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas (CCNC).

Para a execução das obras de construção da cidade, o Governo do Estado desapropriou os moradores situados nos limites previstos na Planta Geral (Fig. 1) e que correspondem à área representada na Planta Cadastral (Fig. 2). No entanto, somente aqueles que demonstravam formalmente serem proprietários foram remunerados. O que significa dizer que a grande maioria da população de pretas/os e pardas/os e em



condição de pobreza foi obrigada a retirar-se de terras em que diferentes gerações de seus antepassados haviam habitado, sem indenização. São aqueles e aquelas de quem nos fala o Padre Dias, que passaram a habitar regiões mais distantes do Arraial.¹²

A própria Capela do Rosário, tal como a de Santana também frequentada pela população negra do Arraial, foi demolida. A de Santana era mais simples, feita em adobe e, do mesmo modo que a do Rosário, erguida por iniciativa dos próprios fiéis, sendo localizada nas imediações do atual Palácio da Liberdade, antiga sede do Governo do Estado.¹³ Quanto à Capela do Rosário, construída pela Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey, a partir de 1811 (Pereira, 2019), foi demolida somente depois de intensa negociação entre Governo do Estado e Arquidiocese, sendo construída uma capela substituta, em outra localidade da área Urbana, mais afastada dos centros de poder.¹⁴ Esta última capela foi nomeada de Nossa Senhora do Rosário, contudo sem qualquer referência à antiga designação que marcava a existência de uma Irmandade de Pretos no antigo povoado.

Figura 3: Largo do Rosário



¹² Observa-se que o mesmo padrão de remoção de populações indesejadas, constituídas quase sempre por pessoas negras e empobrecidas, é utilizado em diferentes momentos, na cidade, desde então até a contemporaneidade. Assim ocorre com o discurso e as práticas urbanísticas que operam para a remoção de favelas, quilombos e ocupações urbanas, que configuram os habitantes destas regiões como invasores de terrenos que são, em muitos casos, dos próprios moradores dessas regiões. Este assunto é desenvolvido mais detidamente em (Silva, Pereira, 2018; também em Pereira, 2019 – especialmente Capítulo 3).

¹³ Na década de 1950 foi erguida outra capela de Santana, próxima ao Palácio da Liberdade, por obra da Primeira Dama do Estado. Para lá retornou a imagem de Santana, que com a demolição da capela original havia sido preservada por um antigo morador do Curral Del Rey que a doou para a Primeira Dama.

¹⁴ Esta Capela, transformada em capela curatorial, sob responsabilidade direta da Arquidiocese de Belo Horizonte, é conhecida popularmente como Capela de Santo Antônio, devido à instalação anexa a ela do Orphanato Santo Antônio (para meninas). A Capela está situada na confluência das atuais ruas São Paulo, Tamoios e avenida Amazonas, no Centro de Belo Horizonte.



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Fotógrafo: João Salles (1895 c.)
Capela do Rosário à esquerda.

Figura 4: Capela Curatorial Nossa Senhora do Rosário, 1895



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).

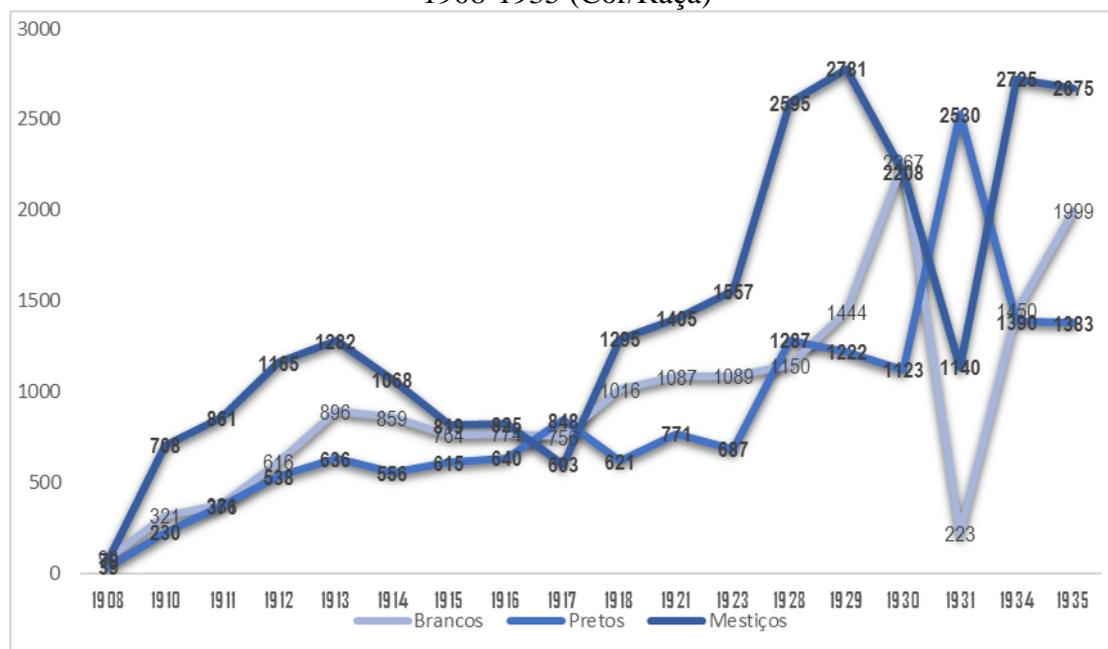
Considerando o exposto, a percepção da história de formação do espaço urbano de Belo Horizonte apresenta diferenças significativas em relação ao que sugere a memória histórica constituída para identificar oficialmente a cidade. Assim, ao contrário do que tendia a afirmar a literatura sobre a cidade até bem recentemente, Belo Horizonte não foi construída apenas por estrangeiros.

A despeito da presença significativa e bem documentada de espanhóis, portugueses e sobretudo italianos nos primeiros anos da construção da cidade, cuja migração fora estimulada pelo governo também com o fito de que estes trabalhadores europeus atuassem como beneficiários do projeto de colonização agrícola (Aguiar, 2006)¹⁵, o que os dados até aqui apresentados apontam é que a diversidade étnica e racial no lugar era bem mais ampla e incluía de maneira fundamental a população negra da qual não se tinha notícia nas produções de memória e história sobre a capital.

¹⁵ Os colonos estrangeiros ou brasileiros (preferencialmente sem ascendência africana) eram o público prioritário do outro braço do projeto de modernização agrícola do Estado de Minas Gerais. Conferia-se a eles a possibilidade de financiar terrenos alienados pelo Estado, nos quais deveriam ser implementados cultivos agrícolas para subsistência da Capital. O projeto vigorou entre 1899 e 1814, tendo-se constituído cinco colônias agrícolas na antiga zona de Sítios prevista no projeto original da capital. (Cf. Aguiar, 2006).



Gráfico 4. Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte Doentes admitidos, 1908-1935 (Cor/Raça)



Fonte: APM – Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (1908-1935).

Pode-se afirmar, assim, que a cidade foi construída principalmente a partir da energia e do trabalho de pessoas negras – tanto das que já estavam no Curral Del Rey e ali permaneceram, mesmo que nos arrabaldes da região central; quanto daquelas que afluíam em quantidade cada vez maior, ao longo das primeiras décadas do século XX, perfazendo já desde esse período, uma maioria percentual constante no conjunto da população. Tal como sugerem os dados da Santa Casa de Misericórdia, acima¹⁶.

Nosso percurso até aqui apresenta evidências acerca de uma presença numerosa e longeva de gente negra no território transformado na capital de Minas Gerais, a partir dos últimos anos do século XIX. Essa população determinou, por meio das ações da vida cotidiana, o fazer-se da cidade, em diferentes dimensões – desde a concretude das do trabalho nas obras públicas, aos serviços de manutenção da cidade, ao trabalho doméstico exercido mormente por mulheres e crianças negras (Pereira, 2019), à mão de obra empregada nas fazendas dos núcleos agrícolas, ou mesmo depois, na incipiente indústria que passou a ser impulsionada a partir dos anos 1940. A presença da população negra constituindo a cidade, ao longo do tempo, apresenta-se em grande

¹⁶ Estes dados são similares aos que oferecem as estatísticas da Chefia de Polícia. (Cf. Pereira, 2019. Especialmente Capítulo 2).



medida como contra projeto à modernidade fundamentada em bases excludentes e informada pelo racismo estruturante da sociedade, desde as origens da capital. A forma como esta presença reafirma-se inscrita no território e no *ethos* da cidade é expressão da confluência (Santos, 2015) de saberes ancestrais afro diaspóricos. A existência forte, embora silenciada, das marcas de africanidade que configuram a cidade, perpetua-se, como nos ensina Angela da Silva Gomes (2009; 2012), dinamizada nas práticas de terreiros, quilombos e quintais.

Não obstante, a vitalidade e a potência destas experiências “escapou” à maior parte das produções historiográficas sobre a cidade, até bem recentemente. Este fenômeno não é apresentado aqui como mera e curiosa constatação. Antes, ele requer melhor compreensão por estar intrinsecamente relacionado às formas de perpetuação do que a filósofa Sueli Carneiro denomina como *epistemicídio* em relação à aniquilação do conhecimento legado a partir de referências africanas e afrodiaspóricas.

A ELOQUÊNCIA DOS SILÊNCIOS

As análises e conexões acima apresentadas e que trazem à luz a existência de Belo Horizonte como uma cidade negra, desde o advento de sua construção – não uma cidade com “territórios negros”, tal como se interpretou, inicialmente, para a realidade de São Paulo (Rolnik, 1997) –, foram elaboradas no contexto de pesquisa que realizei durante Doutorado em História, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH / Unicamp, e concluída em 2019. Faço referência a essa experiência, aqui, por ter me possibilitado observar aspectos relevantes dos mecanismos de produção de esquecimento e silenciamento sobre determinados sujeitos e suas histórias.

É preciso dizer que, como estudiosa das cidades – e da cidade de Belo Horizonte, mais especificamente –, passei a indagar sobre o argumento implícito na produção historiográfica a respeito da capital de Minas, acerca da ausência de fontes, que resultaria numa lacuna sensível sobre o tema da presença negra. Esta lacuna fazia-se presente quando, ao se descrever os sujeitos da história produzida sobre a capital, quase nada era dito sobre a existência de população não branca. Quando muito, nessas obras, apresentam-se abordagens episódicas, como uma referência suscinta a um escravizado



que se havia revoltado e assassinado o antigo senhor¹⁷, ainda nos tempos do Curral Del Rey (Barreto, 1996). Ou quando descreviam-se uns poucos escravizados em atividades laborais, inseridos na ordem social vigente; ou fazia-se referência genérica a mulheres e homens sem instrução, mas agentes ou beneficiários de alforrias, que eram em geral concedidas após a morte do proprietário mas, não raro, reclamadas pelos beneficiados por não serem cumpridas (Barreto, 1996, p. 212). Isto para o período anterior à construção da capital. Para período posterior, chega-se a aventar a possibilidade de que a população pobre e/ou de migrantes pudesse ser constituída de ex-escravizados/as (Guimarães, 1991; Botelho, 2007). Mas reafirma-se a sugestão sobre a inexistência de fontes conhecidas que permitissem comprová-lo. Ademais, observe-se que a historiografia brasileira, em geral, durante muito tempo tendeu a abordar os negros (sem atenção maior à perspectiva de gênero), em referência à escravidão. Somente a partir dos anos 1980, com a emergência dos estudos sobre liberdade e Pós-Abolição, mulheres e homens negros/os passam a figurar outras narrativas. A história do trabalho durante o século XX, contudo, durante muito tempo ainda negligenciou tais sujeitos.

Ainda assim, eu estava decidida a pesquisar, no Doutorado, sobre as experiências de famílias negras em Belo Horizonte, durante a primeira metade do século XX, inspirada pela história de vida de uma antiga moradora do Aglomerado Santa Lúcia¹⁸, Dona Ione Pires Ladislau. Dona Ione havia me concedido uma entrevista em 2007, por ocasião de pesquisa acadêmica ainda na Graduação em História (UFMG). Por meio de sua narrativa, revelava-se a história de uma família negra extensa cuja matriarca, Maria, sua avó, descrita pela entrevistada como “ventre livre”, havia migrado do município de Bonfim do Paraopeba-MG, em 1912, após ficar viúva. Chegara à nova cidade com os três filhos e instalara-se no mesmo terreno onde residia Dona Ione quando da entrevista. E o fizera com ajuda de uma rede de amigos que constituíam outra família negra que já estava em Belo Horizonte há alguns anos. Dona Ione era vizinha de outra família negra extensa, a dos descendentes de Eulália e Antônio Pedro, que já estavam presentes no lugar desde 1910, pelo menos, prestando serviços para os fazendeiros da região da Colônia Afonso Pena.

¹⁷ O episódio é rememorado em programação cultural que ocorre na região do Barreiro, em Belo Horizonte, na contemporaneidade, em referência ao “Alforriado Matias”.

¹⁸ Situado na região Centro-Sul de Belo Horizonte, em local que anteriormente correspondia às imediações de uma das cinco colônias (ou núcleos) agrícolas – a Colônia Agrícola Afonso Pena.



Assim, eu pretendia expandir o trabalho com História Oral, abordando netas/os e filhas/os de famílias negras que haviam testemunhado as primeiras décadas de existência da capital e que, provavelmente teriam o mesmo perfil de migrantes apresentado pelos familiares de Dona Ione e seus vizinhos.

Paralelamente, contudo, empreendi pesquisa arquivística – era a oportunidade de verificar de maneira mais detida o argumento sobre a ausência de fontes. A experiência de pesquisa nos principais acervos da cidade, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro- APM, do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte- APCBH e do Museu Histórico de Abílio Barreto-MHAB, dentre outros, revelou fontes de grande relevância e viáveis para a pesquisa, mas de natureza fragmentária. Isto, em grande medida, na minha avaliação, por carecerem as instituições museais e arquivística da cidade de estratégias de catalogação, instrumentos de busca, descritores e outras práticas eventualmente adequadas para que tais fontes e informações sobre o tema sejam acessíveis.

Desta perspectiva é possível compreender, em parte, a interpretação de pesquisadores/as sobre a inexistência de fontes que, ademais, costuma ser sustentada pela alegação de que houve um “silenciamento” sobre a cor nas fontes demográficas e administrativas produzidas no Pós-Abolição, tal como já discutido por autoras/es como Hebe Mattos (2013). Não obstante, o aparente paradoxo que se apresentava entre o potencial do testemunho de Dona Ione apontando para a existência de pessoas negras atuando como trabalhadoras em diversas atividades na Capital, desde os primeiros anos, e a alegada escassez de registros documentais sobre essas pessoas, me fez indagar sobre os métodos e as posturas éticas do ofício de historiadoras/es.

Revisitando a pergunta que orienta a discussão feita por Gayatri Chakravorty Spivak, nos anos 1980: “Pode o subalterno falar?” (SPIVAK, 2010), tomei a liberdade de apresentar outra indagação à resposta provocativamente negativa da autora sobre a impossibilidade da fala dos assim considerados subalternos, devido à interferência nociva de quem detém o poder de produzir discursos sobre a subalternidade. Em vez de aceitar como definitiva a impossibilidade de fala, não seria o caso de apurarmos a “escuta” e indagarmos, como pesquisadoras/es, sobre as condições em que eventualmente poderiam ser ouvidos e considerados em sua humanidade os sujeitos silenciados/as e invisibilizados/as na história? Afinal, para o caso de Belo



Horizonte, mulheres, homens e crianças negras de variadas idades e em diferentes momentos falavam, por vezes mesmo de forma inesperada, como revelavam as narrativas de famílias negras até então ignoradas como sujeitos de pesquisa, para a história da capital mineira.¹⁹ Ou mesmo as fontes judiciais e hospitalares. Dito de outra maneira, talvez fosse necessário mudar o prisma por meio do qual se observam e tratam as fontes e as perguntas a elas dirigidas.

Nesta medida, o silêncio observado sobre o tema nas pesquisas sobre a história da cidade soa bastante eloquentes, remetendo à constatação de que o problema não eram as fontes em si. Elas existiam, como foi possível atestar – ainda que por meio de um esforço intenso para sua identificação; o que equivale a dizer que precisei utilizar boa parte do tempo de pesquisa nos arquivos, “garimpando” fontes em acervos diversos (policiais, jurídicos, episcopais, iconográficos, hospitalares, dentre outras), devido à ausência de descritores e outros elementos de estrutura adequada de identificação e acesso a fontes para abordagem do mesmo tema.

A eloquência dos silêncios, neste caso, revela o caráter institucionalizado e estruturante do racismo nutrindo o pensamento museal e arquivístico, do mesmo modo que ainda orienta, em grande medida, a organização da formação acadêmica. Estudos como o de Jerry Dávila (2006) contribuem para melhor compreensão deste fenômeno, na medida em que demonstra a maneira como elemento racial é silenciosamente articulado na construção e execução de políticas públicas, no Brasil da primeira metade do século XX.

Tomando o campo da educação e das políticas educacionais implementadas no Distrito Federal, Dávila observa o branqueamento tanto do corpo de professores e demais profissionais da educação, quanto do corpo discente, ao longo do período considerado. E, ao analisar documentos administrativos, fotografias, legislação, dentre outras fontes produzidas no contexto, identifica na intersecção entre raça e classe a crescente dificuldade de acesso ao universo escolar tanto para estudantes quanto para profissionais, justamente em momento de expansão da instrução pública, ainda que não existisse no país uma lei segregacionista. Neste caso, a negligência, a ausência de sensibilidade e interesse político em prover condições justas para que também pobres e

¹⁹ Algumas raras experiências de produção de registros orais de pessoas negras já haviam sido realizadas, em alguns projetos no Rio de Janeiro em São Paulo, principalmente. Cf. Janotti; Queiroz, 1988 e Rios; Mattos, 2005.



negros acessassem os serviços públicos de educação informam sobre a natureza institucionalizada do racismo em uma sociedade recém-egressa do regime escravista: não é sequer aventado como problema o fato de que aquela parcela da população não acessasse o serviço público em questão.

O exemplo acima guarda similaridades importantes com o tipo de negligência que opera nas instituições arquivísticas e museais, bem como nos espaços de formação acadêmica – com raras e importantes exceções. De tal modo que a naturalidade com que se negligencia, naquelas instituições, a descrição adequada de fontes sobre pessoas negras; ou a existência de população negra atuando na produção do espaço urbano, por parte de pesquisadores/as, está em fina sintonia com a irrelevância com que os temas *raça* e *racismo* e sua centralidade no pensamento social brasileiro tem sido tratados nos programas de graduação e pós-graduação das áreas de ciências humanas da maioria das universidades brasileiras, até bem recentemente.

Outro exemplo de naturalização da produção do racismo ocorre nos espaços museais. Em pesquisa mais recente e direcionada para objeto semelhante ao que aqui tratamos, a historiadora Nila Rodrigues Barbosa investigou as representações de sujeitos negros/as no pensamento museal, tomando como referência dois museus mineiros – o *Museu do Ouro*, em Sabará-MG, e o *Museu da Inconfidência*, em Ouro Preto-MG. A autora conclui que nesses espaços museais perpetuam-se representações que não contemplam a diversidade de experiências sociais da população brasileira.

Instituídos a partir do que ela denomina de *imaginação museal* decorrente da própria política de criação de “museus coloniais” pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, a maneira como são concebidos e organizados tais museus deriva, segundo Barbosa, de escolhas políticas e diálogos como o pensamento social brasileiro vigente na primeira metade do século XX – especialmente a vertente mais sintonizada com os estudos culturais e com as interpretações de Gilberto Freyre – e que deram origem a instituições destinadas a produzirem representações que tivessem como protagonista da civilização brasileira um sujeito ideal branco, europeu (português), negando o protagonismo de sociedades pré-existentes. Estas são definidas, a partir desta lógica, como o “outro” desta narrativa museal e são constituídos por negros, índios e mestiços que, embora presentes e atuantes nestas sociedades e nos acontecimentos representados naqueles espaços museais, são relegados a um *não-lugar*



e, quando eventualmente mencionados nessas narrativas, jamais evidenciados em suas ações de resistência, mas sempre em condição de submissos.

CONSIDERAÇÕES

Silêncio, negligência ou representação estereotipada de sujeitos negras/os e suas agências nas narrativas de história e memória de sociedades estabelecidas a partir de relações sociais racializadas são mais que expressão, elementos que compõem os mecanismos de reprodução e institucionalização do racismo. Orientam as práticas cotidianas e os comportamentos, tal como bem analisou Thomas Holt (1995), para a sociedade norte-americana.

As questões postas em discussão neste artigo sinalizam para a necessidade e a viabilidade da desnaturalização do silêncio produzido sobre a população negra nas cidades brasileiras. Segundo Holt, isto é possível, no campo da historiografia, a partir de um constante reexame crítico da própria prática profissional de historiadoras/es que são, afinal, especialmente encarregadas/os da produção e da comunicação de subsídios a partir dos quais se produzem identidades (Holt, 1995). Deste modo, cabe a estes profissionais cuidarem da reescrita de histórias, demonstrando como o racismo e a noção de raça se reproduzem na sociabilidade. Além disto, segundo este autor, é preciso assegurar que nas práticas de ensino a diversidade humana seja adequadamente abordada em “sua existência e em suas lutas” (Holt, 1995, p. 18).

Além disto, percebe-se que a mesma orientação de Holt quanto à crítica constante ao fazer profissional, cabe também àquelas e aqueles responsáveis pela definição das políticas museais e arquivísticas. Assim, como bem evoca Nila Barbosa, é imprescindível que as instituições museais – especialmente as de natureza pública e financiadas com recursos públicos advindos do trabalho de uma população de maioria negra (BRASIL, 2010) – desenvolvam processos de questionamento e reformulação das concepções que guiam as formas como são organizados e disponibilizados ao público os acervos, de modo a que o direito à memória seja garantido também aos que até então têm sido negligenciados como sujeitos da história da cidade, do país.

Conforme considerações de Oliveira (2017), o silenciamento da população negra nas cidades brasileiras foi uma forma de impor a força física e simbólica da



segregação, nas cidades negras e nos territórios negros, reservando-lhes os últimos espaços da hierarquia social, econômica e política.

Por fim, no âmbito das políticas públicas de memória nas cidades, ações como as que foram desenvolvidas por meio de duas exposições recentes que abordam as histórias e agências da população negra em Belo Horizonte podem oferecer subsídios para a formulação de estratégias que garantam que o tema passe a integrar permanentemente a programação de instituições responsáveis pela produção de representações e memória. Refiro-me à exposição *NDÊ! Trajetórias Afro-brasileiras em Belo Horizonte*, realizada por iniciativa do Museu Histórico Abílio Barreto-MHAB²⁰ e com duração prevista de dois anos de visitação pública (2018-2019). Também à exposição *Palácio da Liberdade, leituras negras*, desenvolvida no âmbito de Programação realizada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG²¹, e instalada no Hall do Palácio da Liberdade, desde novembro de 2019.²²

Ambas as exposições foram construídas com a participação de profissionais negras/os, escusado dizer, para que se garantisse coerência com a proposta e os temas abordados e, em especial, pela importância da valorização destes profissionais.²³ Em *NDÊ! Trajetórias Afro-brasileiras em Belo Horizonte*, exposição de caráter histórico, o acervo é composto por objetos cedidos por pessoas negras de diversas regiões da cidade e por objetos do próprio acervo do Museu. Inicialmente, o entendimento da equipe Museu era de que não haveria possibilidade de montagem de uma exposição sobre o tema da presença negra em Belo Horizonte apenas com objetos de seu acervo. No entanto, a equipe atendeu à sugestão da curadoria para que revisitasse o este acervo, observando as potencialidades do mesmo, considerando que já havia sido realizada uma exposição no início dos anos 2000, por Nila Rodrigues Barbosa, que abordava o tema “o negro no acervo do Museu Histórico Abílio Barreto”. O resultado deste trabalho de

²⁰ O MHAB está sob responsabilidade da Diretoria de Museus da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

²¹ Em parceria com a APPA-Arte e Cultura.

²² Tive a oportunidade de acompanhar o processo de construção destas experiências, por ter sido convidada a compor a curadoria de ambas as exposições: a primeira, em parceria com a jornalista Simone Marques Moura e a segunda, com a arquiteta Lisandra Mara Silva.

²³ É importante lembrar que os cargos de gestão de políticas públicas culturais em Belo Horizonte, como ocorre em outras regiões do país, são ocupados em geral por profissionais brancos.



releitura do acervo a partir da necessidade de identificar objetos e documentos que tratassem do tema em apreço é revelador do potencial da provocação que fiz anteriormente sobre a necessidade de mudar o prisma da análise: foi identificada quantidade significativa de objetos – cerca da metade do acervo preliminarmente levantado para a exposição –, de natureza iconográfica, documentos administrativos, objetos do cotidiano do antigo casarão setecentista onde está instalado o Museu, dentre outros.

Em *Palácio da liberdade, leituras negras*, uma exposição menor, instalada a partir de *banners*, no Hall do Palácio da Liberdade, antiga sede do Governo do Estado, como já informado, a curadoria buscou colocar em discussão a produção de silêncios sobre os trabalhadores negros envolvidos na construção do prédio suntuoso e projetado como monumento principal no Plano original da Cidade de Minas. A partir da simbologia Adinkra, identificada no emprego do ferro retorcido de grades e outras instalações no Palácio da Liberdade e em diversas outras obras arquitetônicas datadas das primeiras décadas da cidade, convida-se a pensar na presença de tecnologia e conhecimentos de oriundos de culturas africanas e transmitidos seja através da apropriação europeia desses saberes e do silenciamento sobre sua origem, seja através da prática dos próprios operários. A exposição também indaga sobre o silêncio imposto à existência de mulheres negras que trabalharam no mesmo espaço e sobre a ideia de “liberdade” monumentalizada nas instalações desta antiga sede do Governo de Minas Gerais; uma liberdade que se articula harmoniosamente e bem de acordo com os propósitos do liberalismo de raízes conservadoras típico da política brasileira, na Primeira República, às alegorias do progresso e da fraternidade; mas proposital e sintomaticamente ignora o princípio da Igualdade.

Em ambas as exposições, as reações de visitantes são emblemáticas e variam da profunda resistência do público de poder aquisitivo mais elevado e alinhamentos políticos mais conservadores (principalmente em *Palácio da Liberdade, leituras negras*); à identificação positiva e transformadora das dezenas de crianças e jovens estudantes de escolas públicas recebidos pelos setores educativos de cada um desses espaços, e que dificilmente teriam acesso a estas narrativas em sua trajetória escolar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, Jeffry. *Urban planning and reality in republican Brazil: Belo Horizonte, 1890-1930*. 1974. 276 p. Tese (Doutorado em História) – Indiana University, Bloomington. Acervo Biblioteca da Escola de Arquitetura/UFMG.
- AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 443 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- BARBOSA, Nila Rodrigues. *Museus e etnicidade – O Negro no Pensamento Museal*. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- BARONI, Ana; RIOS, Flávia. *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: FAPESP, 2019.
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. ed. atual. rev. e anotada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 2v., 447 p. e 916 p. Publicado originalmente em 1928 (v. 1) e 1936 (v. 2) (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).
- BELO HORIZONTE. *MHAB: 60 anos de história*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003. (Caderno 1).
- BRASIL. IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sabara/historico>> Consulta em: 10/04/2020.
- BRASIL. Censo 2010 – Tabela 3175: População residente por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>> Consulta em: 29.01.2019.
- BOTELHO, Tarcísio R. A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 9, n. 12, p. 11-33, 2º sem. 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2012.
- DIAS, Pe. Francisco Martins. *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 1997 [1897].
- DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II).
- GOMES, Ângela Maria da Silva. *Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.



_____. Etnobotânica e territorialidades negras urbanas da grande Belo Horizonte: terreiros e quintais. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões Urbanas e Racismo*. Petrópolis, RJ; Brasília, DF: DP et alii; ABPN, 2012 – pp. 276-309. (Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

GUIMARÃES, Berenice. *Cafius, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, cidade planejada – 1894-1945*. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Rio de Janeiro/RJ, 1991.

_____. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dez. 1992.

_____. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs). *Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

HOLT, Thomas. Race, Race-making, and the Writing of History. *American Historical Review*. February, 1995.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo (Projeto de Pesquisa). In: Rev. Inst. Est. Bras., São Paulo, v.28, 1988, p. 77-89.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. [3ª. ed. rev.] Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2013.

MELLO, Ciro Flavio Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. (Resenha) Segregação Urbana, Identidade e Saúde da População Negra: Questões para a Psicologia. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 10, n.24, p. 260-263, fev. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/584>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PEREIRA, Josemeire Alves. *Para Além do Horizonte Planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)*. 2019. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

REIS, Liana Maria. *Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira – 1850/1888*. (1993). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 1993.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997(Coleção cidade aberta).

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: O Progresso Como Missão*. Belo Horizonte: Ed. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. (Col. Centenário).

SANTOS, Antonio Bispo. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: UnB, 2015.



_____. Somos da terra. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>. Acessado em: 12 de Abril de 2020.

SILVA, Lisandra Mara; PEREIRA, Josemeire Alves. O estigma do invasor na produção do espaço urbano: o caso de Belo Horizonte. In: PEREIRA, Josemeire Alves; LIBÂNIO, Clarice. (Org.) *Periferias em Rede: experiências e perspectivas*. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018.

SOUZA, Edinelia Maria de Oliveira. Cruzando memórias e espaços de cultura: Dom Macedo Costa – Bahia (1930-1960). In: *Projeto História, São Paulo*, (18) mai. 1999.

_____. História Oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. In: *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./-dez. 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em: 22/09/2020

Aceito em: 30/10/2020